

# A Tarefa e o Escopo da Ciência da Ação Humana – Parte I: A Natureza e o Desenvolvimento das Ciências Sociais\*

*Ludwig von Mises\*\**

**Resumo:** O autor examina os objetivos e o método apropriado para desenvolver investigações no campo das ciências sociais, discutindo a origem dessas ciências e percorrendo com particular atenção os campos da Economia e da Sociologia. Elaborando um posicionamento crítico tanto ao historicismo quanto ao empirismo, o autor argui em favor de uma ciência universal – a praxeologia, ou a ciência da ação humana.

**Palavras-Chave:** Ciências Sociais. Economia. Sociologia. História do Pensamento Econômico. Praxeologia.

## The Task and the Scope of the Science of Human Action – Part I: The Nature and Development of the Social Sciences

**Abstract:** The author examines the objectives and the appropriate method for developing research in the field of the social sciences, discussing the origin of these sciences and covering, with particular attention, the fields of economics and sociology. Elaborating a critical stance against both historicism and empiricism, the author argues in favor of a universal science – praxeology, or the science of human action.

**Keywords:** Social Sciences. Economy. Sociology. History of Economic Thinking. Praxeology.

**Classificação JEL:** B4, B41, B53

---

\* Texto publicado pela primeira vez em alemão em 1933 como primeira das quatro partes do primeiro capítulo do livro *Grundprobleme der Nationalökonomie: Untersuchungen über Verfahren, Aufgaben und Inhalt der Wirtschafts- und Gesellschaftslehre*. A obra foi traduzida do original em alemão para o inglês por George Reisman, revisada pelo autor e publicada no ano de 1960 com o título de *Epistemological Problems of Economics*. A presente tradução foi feita a partir da seguinte edição: MISES, Ludwig von. *The Task and the Scope of the Science of Human Action*. In: **Epistemological Problems of Economics**. Intr. Jörg Guido Hülsmann; Trad. George Reisman. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 3ª ed., 2003. p. 1-69. As três partes seguintes do texto serão publicadas nas próximas edições de *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido do inglês para o português por Claudio Andrés Téllez-Zepeda.

\*\* **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, atualmente na Ucrânia e na época parte do território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

## I - ORIGEM NAS CIÊNCIAS HISTÓRICAS E NORMATIVAS

Nas narrativas históricas, encontramos os primórdios do conhecimento nas ciências da ação humana. Uma epistemologia que é, na atualidade, rejeitada, requereu do historiador que abordasse seu objeto principal sem recorrer à teoria e que simplesmente retratasse o passado tal como fora. Deveria descrever e representar a realidade passada e, dizia-se, teria mais sucesso se considerasse eventos e suas fontes de informação com a menor quantidade possível de vieses e pressupostos.

Somente muito mais tarde percebeu-se que o historiador não pode duplicar ou reproduzir o passado; pelo contrário, o interpreta e remodela, e isto exige que utilize algumas ideias que já deve ter antes de iniciar seu trabalho<sup>1</sup>. Mesmo se, no decorrer de seu trabalho, o tratamento do material levá-lo a novas ideias, conceitos são sempre logicamente anteriores ao entendimento do individual, único e não repetível. É impossível falar de guerra e paz a menos que se tenha uma concepção definida de guerra e paz antes de voltar-se para as fontes históricas. Tampouco pode-se falar de causas e efeitos no caso individual a menos que se possua uma teoria que trata certas conexões entre causa e efeito como dotadas de escopo universal de aplicabilidade. A razão pela qual aceitamos a sentença “O rei derrotou os rebeldes e, assim, permaneceu no poder”, porém não ficamos satisfeitos com a sentença logicamente contraditória “O rei derrotou os rebeldes e, portanto, perdeu o poder”, é que a primeira está em conformidade com nossas teorias a respeito dos resultados da vitória militar, ao passo que a segunda as contradiz.

O estudo da história sempre pressupõe uma medida de conhecimento universalmente válido. Este conhecimento, que constitui a ferramenta conceitual do historiador, pode às vezes parecer banal àquele que a considera

somente de maneira vulgar. Porém um exame mais detido revelará, muitas vezes, que se trata da consequência necessária de um sistema de pensamento que abarca a totalidade da ação humana e todos os fenômenos sociais. Por exemplo, ao utilizar uma expressão tal como “fome por terras”, “falta de terra” ou algo semelhante, faz-se referência implícita a uma teoria que, se examinada de maneira consistente e minuciosa até sua conclusão, conduz à lei dos retornos decrescentes, ou, em termos mais gerais, à lei dos retornos. Pois, caso esta lei não fosse válida, o fazendeiro que desejasse obter um retorno líquido maior não demandaria mais terras; através de um dispêndio maior de trabalho e bens de capital, seria capaz de obter, até mesmo da menor área de lavoura, o mesmo resultado que desejava atingir aumentando a área cultivada à sua disposição. O tamanho da área disponível para cultivo seria-lhe indiferente.

Entretanto, não é somente na história e nas outras ciências que fazem uso das ferramentas conceituais da investigação histórica que encontramos afirmações universalmente válidas sobre a ação humana. Tal conhecimento também constitui o fundamento das ciências normativas – ética, a filosofia do direito e a jurisprudência sistemática. A principal tarefa da filosofia política, da filosofia do direito e da ciência política é a obtenção de conhecimento universalmente válido dos fenômenos sociais. Se fracassaram nesta empreitada, a razão deve ser buscada não somente no fato de que muitas vezes extraviaram-se de seu objetivo e miraram em outros, e – assim como a filosofia da história – em vez de buscar o universalmente válido nas vicissitudes dos eventos particulares, começam a procurar o sentido objetivo das coisas. O fator determinante de seu fracasso foi que, desde o início, utilizaram um método cientificamente infrutífero: começaram não a partir do indivíduo e sua ação, mas de tentativas de considerar a totalidade. O que desejavam descobrir não era a regularidade que prevalece nas ações dos homens, mas o curso total do progresso da humanidade desde sua origem até o fim de todas as coisas.

<sup>1</sup> Ver: RICKERT, Heinrich. *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1915. p. 28ss.

A psicologia, ao voltar-se para o indivíduo, encontrou o ponto de partida correto. No entanto, seu caminho necessariamente leva para uma direção diferente da ciência da ação humana. O principal assunto desta última é a ação e o que se segue a partir desta, ao passo que o objeto principal da psicologia são os acontecimentos psíquicos que resultam em ações. A economia começa onde a psicologia termina.

## II - ECONOMIA

As percepções dispersas e fragmentadas das próprias ciências históricas e normativas atingiram status científico somente com o desenvolvimento da economia no século XVIII. Quando os homens perceberam que os fenômenos do mercado seguem leis, começaram a desenvolver a cataláctica e a teoria das trocas, que constituem o cerne da economia. Após a elaboração da teoria da divisão do trabalho, a lei da associação de Ricardo permitiu aos homens que entendessem sua natureza e importância, e dessa maneira também a natureza e importância da formação da sociedade.

O desenvolvimento da economia e da sociologia racionalista, de Richard Cantillon (1680-1734) e David Hume (1711-1776) até Jeremy Bentham (1748-1832) e David Ricardo (1772-1823), fez mais pela transformação do pensamento humano do que qualquer outra teoria científica, antes ou depois. Até aquele momento, acreditava-se que os caminhos da ação humana não estavam circunscritos por nenhum limite além daqueles estabelecidos pelas leis da natureza. Não se sabia que há algo mais que determina um limite para o poder político além do qual não pode prosseguir. Agora, aprenderam que também no domínio social há algo operativo cujo poder e força são incapazes de alterar e ao qual devem ajustar-se caso esperem obter sucesso, precisamente da mesma maneira em que devem levar em consideração as leis da natureza.

Esta percepção teve enorme importância para a ação dos homens. Conduziu ao pro-

grama e políticas do liberalismo e, portanto, desencadeou as potências humanas que, sob o capitalismo, transformaram o mundo. Contudo, a expressão prática das teorias da nova ciência foi exatamente a responsável por sua ruína. Quem desejasse combater a política econômica liberal via-se obrigado a desafiar a reputação da economia como ciência. Inimigos ergueram-se contra ela por razões políticas.

O historiador não deve nunca esquecer que a ocorrência mais importante na história dos últimos cem anos, o ataque lançado contra a ciência universalmente válida da ação humana e seu ramo mais bem desenvolvido até então, a economia, fora motivado desde o princípio não por ideias científicas, mas por considerações políticas. Entretanto, a ciência da ação humana não está preocupada com esses panos de fundo políticos, mas sim com os argumentos contra os quais é confrontada. Pois também foi contestada com argumentos e atacada pelo raciocínio objetivo. Sua natureza permaneceu problemática enquanto ninguém teve sucesso em responder com clareza a questão acerca do que esta ciência realmente é e qual é o caráter de suas proposições.

## III - O PROGRAMA DA SOCIOLOGIA E A BUSCA POR LEIS HISTÓRICAS

Concomitantemente às realizações que emanaram da fundação da ciência da ação humana, vieram declarações programáticas grandiloquentes que demandaram uma ciência dos fenômenos sociais. As descobertas feitas por David Hume, Adam Smith (1723-1790), David Ricardo, Jeremy Bentham e muitos outros podem ser consideradas como constitutivas do início histórico e da fundação de um conhecimento verdadeiramente científico acerca da sociedade. O termo “sociologia”, no entanto, foi cunhado por Auguste Comte (1798-1857), quem, aliás, não contribuiu de forma alguma para a ciência social. Uma grande quantidade de autores, com ele e após, pleitearam por uma ciência da socieda-

de, a maior parte sem apreciar o que já tinha sido feito em direção à sua fundação e sem ser capazes de especificar como seria possível atingi-la. Muitos se perderam em trivialidades vazias, cujo exemplo mais assustador pode ser tida como a tentativa de conceber a sociedade como um organismo biológico. Outros discutiram uma ciência ostensiva para justificar seus esquemas políticos. Outros, ainda, por exemplo o próprio Comte, adicionaram novas construções à filosofia da história e chamaram o resultado de sociologia.

Esses profetas de uma nova época, que professaram ter desenvolvido pela primeira vez uma ciência da esfera social, não só fracassaram neste terreno, que declararam ser o campo próprio de sua atividade, mas sem hesitar começaram a destruir a história e todas as ciências que utilizam o método histórico. Predisposta pela ideia de que a mecânica newtoniana constitui o modelo para todas as ciências genuínas, exigiam da história que ao menos começasse a elevar-se ao status de uma ciência exata por meio da construção de “leis históricas”.

Wilhelm Windelband (1848-1915), Heinrich Rickert (1863-1936) e sua escola opuseram-se a tais exigências e expuseram de maneira transparente as características especiais e peculiares da pesquisa histórica. Sem embargo, seus argumentos são enfraquecidos pelo seu fracasso em conceber a possibilidade de um conhecimento universalmente válido na esfera da ação humana. Na visão deles, o domínio da ciência social compreende apenas a história e o método histórico<sup>2</sup>. Consideravam as descobertas da economia e da pesquisa histórica à mesma luz que a Escola Histórica. Assim, permaneceram presos ao historicismo. Ademais, não foram capazes de ver que uma perspectiva intelectual que correspondia ao empirismo, que atacaram no campo das ciências da ação humana, muitas vezes caminhava lado a lado com o historicismo.

<sup>2</sup> Ver: MISES, Ludwig von. **Epistemological Problems of Economics**. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2003. p. 78.

#### IV - O PONTO DE VISTA DO HISTORICISMO

Na perspectiva do historicismo, o campo da ciência da ação humana é composto somente pela história e pelo método histórico. O historicismo sustenta que é um esforço inútil buscar por regularidades universalmente válidas que seriam independentes do tempo, lugar, raça, nacionalidade e cultura. Tudo o que a sociologia e a economia podem nos ensinar é a experiência de um acontecimento histórico, que pode ser invalidada por uma nova experiência. O que ocorreu ontem pode acontecer de maneira diferente amanhã. Todo o conhecimento científico no campo social deriva da experiência; é uma generalização decorrente da experiência passada que pode sempre ser perturbada por alguma experiência posterior. Assim, o único método apropriado das ciências sociais é o entendimento específico do que é historicamente único. Não há conhecimento cuja validade estenda-se para além de uma época histórica definida ou, no máximo, para além de vários períodos históricos.

É impossível levar esta perspectiva consistentemente até a conclusão. Caso tente-se fazer isso, chega-se cedo ou tarde a um ponto no qual se é forçado a admitir que há algo em nosso conhecimento anterior à experiência, algo cuja validade independe do tempo e lugar. Mesmo Werner Sombart (1863-1941), que é, hoje [1933], o representante mais autêntico do ponto de vista de que a economia deve utilizar o método do entendimento, é obrigado a reconhecer que também no “campo da cultura, e em particular da sociedade humana, existem relações logicamente necessárias”. Acredita que “elas constituem o que chamamos de conformidade da mente à lei; e chamamos a esses princípios, deduzidos a priori, de leis”<sup>3</sup>. Portanto, sem intenção e desprevenido, Sombart admitiu tudo o que é necessário para provar a necessidade de uma ciência universalmente válida da ação humana, diferente em essência das ciências históri-

<sup>3</sup> SOMBART, Werner. **Die drei Nationalökonomien**. München & Leipzig: Duncker & Humblot, 1930. p. 253.

cas da ação humana. Se, de qualquer modo, há tais princípios e leis, então também deve haver uma ciência a respeito deles; e esta ciência deve ser logicamente anterior a todos os demais tratamentos desses problemas. Não aceita simplesmente esses princípios tal como são concebidos na vida cotidiana. É absurdo desejar proibir que a ciência entre em um campo e exigir tolerância para falsos juízos recebidos e ideias obscuras e contraditórias. Tampouco Sombart é capaz de oferecer nada mais que umas poucas observações sarcásticas para apoiar sua desaprovação de qualquer tentativa de tratar a economia como uma teoria universalmente válida. Acredita ser *“às vezes muito divertido observar como uma frivolidade vazia escondida atrás de um grande show de palavras faz sua aparição em toda a sua lamentável pobreza e quase desperta nosso escárnio”*<sup>4</sup>. Esta é, por sinal, uma tentativa bastante inadequada de defender o procedimento adotado por Sombart e outros adeptos do historicismo. Se, tal como Sombart admite expressamente, há *“conceitos econômicos fundamentais [...] que são universalmente válidos para toda ação econômica”*<sup>5</sup>, então não se pode impedir que a ciência se importe com eles.

Sombart admite algo mais. Afirma explicitamente que *“toda teoria é ‘pura’, isto é, independente de tempo e espaço”*<sup>6</sup>. Assim, discorda de Karl Knies (1821-1898), quem se opôs ao *“absolutismo da teoria”*, isto é, à sua *“pretenção de expor proposições no tratamento científico da economia política que são incondicionais e igualmente válidas para todas as épocas, países e nacionalidades”*<sup>7</sup>.

Será alegado que é insistir no óbvio dizer que a economia nos proporciona conhecimento universalmente válido. Infelizmente, tal censura não seria justificável; aos olhos de

muitas pessoas, isso não é óbvio. Quem quer que tenha se comprometido a apresentar os ensinamentos do historicismo de uma forma coerente tem sido, em geral, incapaz de evitar revelar, em algum ponto do processo, a impossibilidade de desenvolver de maneira coerente a doutrina. Entretanto, a importância do historicismo não reside nas tentativas completamente infrutíferas que têm sido feitas de tratá-lo como uma teoria coerente. O historicismo, por sua própria natureza, não é um sistema, mas sim a rejeição e negação, em princípio, da possibilidade de construir um sistema. Existe e opera não dentro da estrutura de um sistema de pensamento completo, mas em *aperçus* críticos, na propaganda dos programas econômicos e sócio-políticos, e nas entrelinhas dos estudos históricos, descritivos e estatísticos. A política e a ciência das últimas décadas têm sido inteiramente dominadas pelas perspectivas do historicismo e do empirismo. Quando se recorda que Wilhelm Lexis (1837-1914), quem, durante sua vida, detinha a mais alta consideração nos países germanófonos como um teórico dos *“aspectos econômicos da ciência política”*, explicou a necessidade de economizar como uma característica particular da produção em uma economia monetária<sup>8</sup>, certamente aprecia-se a necessidade de enfatizar a insustentabilidade do historicismo antes de embarcar na tarefa de expor o caráter lógico da ciência da ação humana.

## V - O PONTO DE VISTA DO EMPIRISMO

É indisputável que há e deve haver uma teoria apriorística da ação humana. Da mesma forma, é incontestável que a ação humana pode ser tema de investigação histórica. A queixa dos representantes consistentes do historicismo, que não desejam admitir a possibilidade de uma teoria que seria independente de tempo e lugar, não precisa incomodar-nos

<sup>4</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>5</sup> Idem. *Ibidem*, p. 247.

<sup>6</sup> Idem. *Ibidem*, p. 298.

<sup>7</sup> KNIES, Karl. **Die politische Oekonomie vom geschichtlichen Standpunkte**. Braunschweig: C. A. Schwetschke und Sohn (M. Bruhn), 1883. p. 24.

<sup>8</sup> Ver LEXIS, Wilhelm. **Allgemeine Volkswirtschaftslehre**. Leipzig & Berlin: B.G. Teubner, 1926. p. 14.

mais do que a objeção do naturalismo, que deseja desafiar o caráter científico da história por não ter alcançado o ponto no qual seria capaz de estabelecer leis históricas.

O naturalismo pressupõe que leis empíricas podem ser derivadas *a posteriori*, a partir do estudo dos dados históricos. Às vezes, presume-se que essas leis são válidas sem relação a tempo ou lugar, outras vezes que têm validade somente para certos períodos, países, raças ou nacionalidades<sup>9</sup>. A esmagadora maioria dos historiadores rejeita ambas as variantes desta doutrina. De fato, é geralmente rejeitada mesmo por aqueles que estão de acordo com o historicismo e que não desejam admitir que, sem a ajuda da teoria apriorística da ação humana, o historiador estaria completamente perdido para lidar com seu material, e seria incapaz de resolver qualquer de seus problemas. Tais historiadores geralmente sustentam que são capazes de realizar seu trabalho completamente libertos da teoria.

Não precisamos entrar, aqui, na investigação de se o historicismo deve necessariamente levar a uma ou a outra dessas duas perspectivas. Qualquer um que seja da opinião de que a doutrina do historicismo não pode ser levada de maneira consistente até a sua conclusão considerará fútil empreender tal investigação. O único ponto que vale a pena observar é que existe uma oposição ferrenha entre a perspectiva dos adeptos da Escola Histórica e a da maioria dos historiadores. Enquanto os primeiros (adeptos da Escola Histórica) acreditam que podem descobrir leis empíricas a partir dos dados da história, e desejam chamar a compilação dessas leis de sociologia e economia, os últimos, que compõem a maior parte dos historiadores, não estão dispostos a concordar em que isso pode ser feito.

Devemos chamar de empirismo a tese daqueles que afirmam a possibilidade de derivar leis empíricas a partir dos dados históricos. Consequentemente, historicismo e

empirismo não são a mesma coisa. Como regra, embora certamente nem sempre, se historiadores adotam de todo uma posição sobre o problema, professam sua aderência ao historicismo. Com poucas exceções – Henry Thomas Buckle (1821-1862), por exemplo –, historiadores se opõem ao empirismo. Os adeptos das escolas Histórica e Institucionalista adotam o ponto de vista do historicismo, embora considerem impossível sustentar esta doutrina em sua forma pura tão logo quando tentam formulá-la em uma maneira lógica e epistemologicamente coerente; estão quase sempre de acordo com o empirismo. Assim, geralmente existe um forte contraste de visões entre os historiadores e os economistas e sociólogos da Escola Histórica.

A questão com a qual estamos preocupados agora não é mais se uma regularidade predominante pode ser descoberta na ação humana, mas se a observação dos fatos sem qualquer referência a um sistema de conhecimento apriorístico da ação humana pode ser considerada um método capaz de conduzi-los à cognição de uma tal regularidade. Será que a história econômica pode proporcionar os “tijolos” para uma teoria econômica, tal como defendido por Gustav Schmoller (1838-1917)<sup>10</sup>? Será que as “descobertas da descrição especializada da história da economia podem tornar-se elementos de teoria e levar a verdades universais”? A este respeito, não devemos levantar a questão da possibilidade de “leis históricas” universais (que, portanto, não seriam leis econômicas), a qual tem sido, frequentemente, discutida à exaustão<sup>11</sup>. Devemos nos limitar a investigar se, por meio da observação dos fatos, isto é, utilizando um método *a posteriori*, chegaríamos a afirmações do tipo procurado pelo sistema da teoria econômica.

<sup>9</sup> Para uma crítica deste segundo ponto de vista, ver: MISES. *Epistemological Problems of Economics*. p. 26ff e p. 131ff.

<sup>10</sup> SCHMOLLER, Gustav. *Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und Methode*. In: *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. 3rd ed. Jena: G. Fischer, 1911. VIII, p. 464.

<sup>11</sup> No que diz respeito às leis históricas, ver: MISES. *Epistemological Problems of Economics*. p. 126ff.

O método utilizado pelas ciências naturais para a descoberta das leis sobre os fenômenos começa com a observação. Entretanto, o passo decisivo ocorre somente com a construção de uma hipótese: uma proposição não emerge simplesmente da observação e da experiência, pois estas sempre nos colocam diante de fenômenos complexos nos quais diversos fatores aparecem conectados de forma tão próxima que somos incapazes de determinar qual é o papel que deve ser atribuído a cada um. A hipótese já é uma elaboração intelectual da experiência, sobretudo ao reivindicar validade universal, que é sua característica decisiva. A experiência que leva à construção da proposição limita-se sempre ao passado; é sempre uma experiência de um fenômeno que ocorreu em um lugar particular e em um tempo específico. A validade universal, todavia, reivindicada para a proposição também determina sua aplicabilidade para todas as demais ocorrências passadas e futuras. Baseia-se em uma indução imperfeita (nenhum teorema universal emerge da indução perfeita, mas sim somente descrições de um evento que ocorreu no passado).

Hipóteses devem ser continuamente verificadas de novo pela experiência. Em um experimento, podem estar, geralmente, sujeitas a um método particular de investigação. Várias hipóteses estão conectadas formando um sistema, e tudo o que deve decorrer logicamente delas é deduzido. Então, experimentos são realizados uma e outra vez para verificar as hipóteses em questão. Testa-se se novas experiências estão em conformidade com as expectativas exigidas pelas hipóteses. Dois pressupostos são necessários para esses métodos de verificação: a possibilidade de controlar as condições do experimento, e a existência de relações constantes passíveis de serem descobertas experimentalmente, cujas magnitudes admitem determinação numérica. Se desejamos chamar de verdadeira uma proposição da ciência empírica (com qualquer que seja o grau de certeza ou probabilidade que uma proposição empiricamente derivada pode ter) quando uma modificação das condições

relevantes em todos os casos observados leva aos resultados que tínhamos sido levados a esperar, então podemos dizer que possuímos os meios para testar a verdade de tais proposições.

Com respeito à experiência histórica, no entanto, encontramos-nos em uma situação inteiramente distinta. Aqui, carecemos da possibilidade não somente de realizar um experimento controlado para observar os determinantes individuais de uma mudança, mas também de descobrir constantes numéricas. Podemos observar e experimentar a mudança histórica somente como resultado da ação combinada de um número incontável de causas individuais que somos incapazes de distinguir de acordo com suas magnitudes. Nunca encontramos relações fixas que estão abertas ao cálculo numérico. A tão acalentada suposição de que existe uma relação proporcional entre os preços e a quantidade de moeda, a qual seria expressa em uma equação, provou-se falaciosa; e, como resultado, a doutrina de que o conhecimento da ação humana pode ser formulado em termos quantitativos perdeu seu único apoio.

Quem quer que deseje derivar leis da ação humana a partir da experiência teria que ser capaz de mostrar como determinadas situações influenciam a ação quantitativa e qualitativamente. É a psicologia que geralmente busca proporcionar tal demonstração, e por essa razão todos aqueles que atribuem esta tarefa à sociologia e à economia são propensos a recomendar-lhes o método psicológico. Ademais, através do método psicológico entendem não o que foi chamado de psicológico – em um sentido mais propriamente inadequado e mesmo enganoso – no método da Escola Austríaca, mas ao contrário os procedimentos e descobertas da própria psicologia científica.

Entretanto, a psicologia fracassou nesta esfera. Com o emprego de seus métodos pode, obviamente, observar reações inconscientes a estímulos à maneira das ciências biológicas. Para além disso, não pode realizar nada que possa levar à descoberta de leis empíricas. Pode determinar como homens específicos

podem ter se comportado em situações definidas no passado, e infere, a partir de suas descobertas, que a conduta será similar no futuro se homens semelhantes forem colocados em situações parecidas. Pode nos dizer como meninos de escola ingleses comportaram-se nas últimas décadas quando confrontados com uma situação particular, por exemplo, quando encontraram um mendigo aleijado. Tal informação nos diz muito pouco a respeito da conduta das crianças de escola inglesas nas décadas vindouras ou sobre o comportamento das crianças de escola francesas ou alemãs. A psicologia não pode estabelecer nada além da ocorrência de um incidente histórico: os casos observados mostraram tal e tal coisa; mas as conclusões extraídas a partir dos casos observados, as quais referem-se às crianças de escola inglesas de um determinado período, não são logicamente justificadas quando aplicadas a outros casos do mesmo caráter histórico e etnológico que não foram observados.

Tudo o que a observação nos ensina é que uma mesma situação produz efeitos diferentes em homens distintos. A tentativa de organizar os homens em classes cujos membros reagem todos da mesma maneira não teve sucesso porque o mesmo homem reage diferentemente em momentos diferentes, e não há meios de imputar de forma inequívoca modos de reação definidos a idades diferentes ou a outros períodos ou condições de vida objetivamente distinguíveis. Consequentemente, não há esperança de alcançar o conhecimento de uma regularidade nos fenômenos por meio deste método. Isto é o que se tem em mente quando se fala de livre arbítrio, da irracionalidade do que é humano, espiritual ou histórico, da individualidade na história, e da impossibilidade de compreender racionalmente a vida em toda a sua completude e diversidade. Expressa-se a mesma ideia ao apontar que não nos é possível compreender como a ação do mundo externo influencia nossas mentes, nossa vontade e, consequentemente, nossa ação. Segue-se disto que a psicologia, na medida

em que lida com tais coisas, é história, ou, na terminologia da filosofia alemã contemporânea, uma ciência moral.

Quem quer que declare que o método do entendimento histórico utilizado pelas ciências morais é também adequado para a economia deveria tomar cuidado com o fato de que este método nunca pode levar à descoberta de leis empíricas. O entendimento é precisamente o método que as ciências históricas (no sentido mais amplo do termo) empregam para lidar com o que é único e não-repetível, isto é, para lidar com o que é simplesmente histórico. Entender é a apreensão mental de algo que somos incapazes de submeter a regras e explicar por meio delas<sup>12</sup>. Isto é verdadeiro não somente a respeito do campo tradicionalmente designado como história universal, mas também de todos os campos específicos, sobretudo o da história econômica. A posição adotada pela escola empirista da economia alemã na luta contra a teoria econômica é insustentável também a partir do ponto de vista da lógica das ciências históricas tal como desenvolvida por Wilhelm Dilthey (1833-1911), Wilhelm Windelband, Richard Rickett e Max Weber (1864-1920).

Nas ciências empíricas, o experimento controlado é indispensável para a derivação *a posteriori* de proposições sempre que a experiência nos apresenta somente fenômenos complexos nos quais o efeito é produzido por diversas causas interligadas. Na experiência histórica, podemos observar somente fenômenos complexos e um experimento é inaplicável a uma tal situação. Às vezes, defende-se que um experimento mental (*Gedankenexperiment*) poderia desempenhar este papel. Entretanto, um experimento mental, considerado logicamente, apresenta um significado totalmente diferente de um experimento real. Envolve refletir sobre as implicações de uma proposição à luz de sua compatibilidade com outras proposições que aceitamos como verdadeiras. Se essas outras proposições não são derivadas

---

<sup>12</sup> MISES. *Epistemological Problems of Economics*. p. 137ss.



da experiência, então o experimento mental não faz nenhuma referência à experiência.

## VI - O CARÁTER LÓGICO DA CIÊNCIA UNIVERSALMENTE VÁLIDA DA AÇÃO HUMANA

A ciência da ação humana que se empenha para obter conhecimento universalmente válido consiste do sistema teórico cujo ramo melhor elaborado até agora é a economia. Em todos os seus ramos, esta ciência é *a priori*, e não empírica. Tal como a lógica e a matemática, não deriva da experiência; é anterior à experiência. É, por assim dizer, a lógica da ação e do ato<sup>13</sup>.

O pensamento humano serve à vida e ação humana. Não é pensamento absoluto, mas a antecipação dirigida para atos projetados e a reflexão tardia sobre atos realizados. Logo, em última análise, a lógica e a ciência universalmente válida da ação humana são a mesma coisa. Se as separamos, de modo a contrastar a lógica e a prática, devemos mostrar em que ponto seus caminhos divergem e onde deve situar-se a competência especial da ciência da ação.

Uma das tarefas que o pensamento deve enfrentar para satisfazer à sua função é a de compreender as condições sob as quais a ação humana acontece. Tratá-las em seus detalhes concretos é o trabalho das ciências naturais e, em certo sentido, também da história e das demais ciências históricas. Nossa ciência, por outro lado, desconsiderando aquilo que é acidental, considera somente o essencial. Seu objetivo é a compreensão do universal e seu procedimento é formal e axiomático. Trata a ação e as condições sob as quais ocorre a ação não em sua forma concreta, tal como as encontramos na vida cotidiana, nem em sua conformação efetiva, tal como as vemos em cada uma das ciências da natureza e da história, mas

como construções formais que nos permitem compreender os padrões da ação humana em toda a sua pureza.

Somente a experiência possibilita que conheçamos as condições particulares da ação em sua forma concreta. Somente a experiência pode nos ensinar que há leões e micróbios, e que sua existência pode apresentar problemas definidos ao homem agente; e seria absurdo, sem a experiência, entrar em especulações acerca da existência ou inexistência de algum animal lendário. A existência do mundo externo é dada por meio da experiência; e, se buscamos planos definidos, somente a experiência pode nos ensinar como devemos agir vis-à-vis o mundo externo em situações concretas.

Entretanto, o que sabemos a respeito de nossa ação sob condições dadas não deriva da experiência, mas sim da razão. O que sabemos sobre as categorias fundamentais da ação – ação, economizar, preferir, a relação entre meios e fins, e todas as demais que, juntamente com essas, constituem o sistema da ação humana – não deriva da experiência. Concebemos tudo isto interiormente, tal como concebemos as verdades lógicas e matemáticas, *a priori*, sem referência a qualquer experiência. Tampouco poderia a experiência conduzir qualquer um ao conhecimento dessas coisas se não as compreendesse a partir de si mesmo.

Como uma categoria *a priori*, o princípio da ação está emparelhado com o princípio de causalidade. Está presente em todo conhecimento de qualquer conduta que vá além de uma reação inconsciente. “No princípio, era o ato”. Em nossa visão, o conceito de homem é, acima de tudo, também o conceito do ser que age. Nossa consciência é a de um ego que é capaz de agir e age. O fato de que nossos atos são intencionais transforma-os em ações. Nosso pensamento sobre os homens e suas condutas, e nossa conduta para com os homens e nosso ambiente circundante em geral, pressupõe a categoria da ação.

Sem embargo, somos totalmente incapazes de pensar a respeito desta categoria fun-

<sup>13</sup> Muitos grandes economistas foram, ao mesmo tempo, grandes lógicos: David Hume, Richard Whately (1787-1863), John Stuart Mill (1806-1873) e William Stanley Jevons (1835-1882).

damental e do sistema deduzido a partir dela sem pensar também, ao mesmo tempo, sobre os pré-requisitos da ação humana. Por exemplo, somos incapazes de compreender o conceito de ação econômica e de economia sem deduzir, em pensamento, o conceito de relações econômicas de quantidade e o conceito de um bem econômico. Somente a experiência pode nos ensinar se esses conceitos são aplicáveis ou não a qualquer coisa nas condições sob as quais nossa vida deve efetivamente ser vivida. Somente a experiência nos diz que nem todas as coisas no mundo externo são bens gratuitos. Entretanto, não é a experiência, mas sim a razão, que é anterior à experiência, que nos diz qual é um bem gratuito e qual é um bem econômico.

Consequentemente, seria possível construir, utilizando o método axiomático, uma praxeologia universal tão geral que seu sistema compreenderia não somente todos os padrões da ação que efetivamente encontramos no mundo, mas também padrões de ação no mundo cujas condições são puramente imaginárias e que não correspondem a qualquer experiência. Uma teoria da moeda ainda seria significativa mesmo se ao longo da história nunca tivesse ocorrido nenhuma troca indireta. O fato de que tal teoria não tenha importância prática em um mundo que não utilizasse dinheiro não iria, de forma alguma, diminuir a verdade de suas afirmações. Dado que estudamos ciência por causa da vida real – e, devemos recordar, o desejo pelo conhecimento puro e por causa de si mesmo também é parte da vida – e não como uma forma de ginástica mental, em geral não nos importamos em renunciar à gratificação que poderia ser oferecida por um sistema abrangente e perfeito dos axiomas da ação humana, um sistema tão universal que compreenderia todas as categorias imagináveis das condições da ação. Ao contrário, estamos satisfeitos com o sistema menos universal que se refere às condições dadas no mundo da experiência.

Contudo, esta referência à experiência não modifica de forma alguma o caráter

apriorístico de nosso conhecimento. A este respeito, a experiência não é, em absoluto, uma preocupação para nosso pensamento. Tudo o que devemos à experiência é a demarcação daqueles problemas que consideramos com interesse, dos problemas que desejamos deixar de lado por não serem interessantes do ponto de vista de nosso desejo por conhecimento. Logo, a experiência de maneira alguma se refere sempre à existência ou não-existência das condições da ação, mas com frequência refere-se somente à presença de um interesse no tratamento de um problema. Na experiência, não há comunidade socialista; sem embargo, a investigação da economia de uma comunidade como essa é um problema que, em nossa época, desperta o maior dos interesses.

Uma teoria da ação poderia, concebivelmente, ser construída a partir do pressuposto de que os homens não tinham a possibilidade de entender por meio de símbolos, ou desde a suposição de que os homens – imortais e eternamente jovens – seriam indiferentes, em todos os aspectos, à passagem do tempo, e, portanto, não o levavam em consideração em sua ação. Os axiomas da teoria poderiam, concebivelmente, ser enquadrados em termos tão universais que poderiam compreender essas e todas as demais possibilidades; e seria concebível elaborar um sistema praxeológico formal modelado de acordo com a ciência da lógica ou a ciência construída a partir dos axiomas de, por exemplo, a geometria de David Hilbert (1862-1943)<sup>14</sup>. Renunciamos a essas possibilidades pois condições que não correspondem àquelas que encontramos em nossa ação nos interessam somente na medida em que refletir sobre suas implicações, em construções imaginárias, possibilita que aprofundemos nosso conhecimento sobre a ação sob condições dadas.

---

<sup>14</sup> Ver: SLUTSKY, Eugen. Ein Beitrag zur formal-praxeologischen Grundlegung der Ökonomik. *Annales de la classe des sciences sociales-économiques*. Kiev: Académie Oukraïenne des Sciences, 1926. IV.

O método efetivamente empregado por economistas no tratamento de seus problemas pode ser visto com particular clareza no caso do problema da imputação.

Compreendemos ser possível formular a teoria da valoração e precificação dos fatores de produção (bens de ordem mais elevada, bens dos produtores) em tão ampla generalidade que, por um lado, trabalharíamos somente com um conceito não qualificado, a saber, meios de produção. Poderíamos, então, elaborar a teoria de tal maneira que os três fatores de produção que são enumerados na apresentação costumeira apareceriam como casos especiais. Contudo, procedemos de modo diferente. Não nos preocupamos em fornecer uma teoria da imputação dos meios de produção universal como tais, mas seguimos imediatamente com o tratamento das três categorias dos meios de produção: terra, trabalho e capital. Esta prática é inteiramente justificada pelo objeto de nossa investigação, que nunca podemos perder de vista.

Entretanto, a renúncia à universalidade e precisão axiomáticas também oculta muitos perigos, e nem sempre foi possível evitá-los. Não foi somente a teoria marxista das classes<sup>15</sup> que fracassou em compreender o caráter categórico de cada um desses grupos específicos de fatores de produção. Sem dúvida, observou-se que a peculiaridade da terra como fator de produção reside na diferença na utilidade de porções de terra individuais desde a perspectiva dos objetivos da ação; a teoria da renda da terra nunca perdeu de vista o fato de que a terra é avaliada de forma diferente de acordo com sua qualidade e localização. Entretanto, a teoria dos salários ignorou o fato de que o trabalho também apresenta diferentes qualidades e intensidades, e que no mercado nunca há uma oferta ou demanda por “trabalho” como tal, mas somente uma oferta e uma demanda por trabalho de uma espé-

cie definida. Mesmo após o reconhecimento deste fato, foi levada a cabo uma tentativa de escapar de suas consequências pressupondo que o que forma a maior parte da oferta e o que é principalmente demandado é o trabalho não qualificado, e que é permitido ignorar, como quantitativamente negligenciável, o trabalho qualificado, “mais elevado”. A teoria dos salários teria sido poupada de muitos erros caso tivesse mantido em mente qual é a função que o tratamento especial do trabalho deve desempenhar na teoria da distribuição, e até que ponto se torna necessário falar não mais simplesmente em trabalho, mas sim em trabalho de uma qualidade definida que é oferecido ou requisitado em um dado momento e em um dado lugar. Foi ainda mais difícil para a teoria do capital libertar-se da ideia do capital abstrato, em que a diferença categórica entre terra, trabalho e capital não está mais em questão, mas em que a valoração de bens de capital definidos, ofertados ou demandados em um lugar específico em um tempo particular, deve ser considerada. Da mesma maneira, na teoria da distribuição e na teoria da imputação, não foi fácil livrar-se da influência da visão universalista<sup>16</sup>.

Nossa ciência lida com as formas e padrões da ação sob as várias categorias de suas condições. Ao assinalar isto, não estamos esboçando um plano para uma ciência futura. Não sustentamos que a ciência da ação humana deveria ser apriorística, mas sim que ela já o é. Não desejamos descobrir um novo método, mas somente caracterizar corretamente o método efetivamente utilizado. Os teoremas da economia derivam não da observação de fatos, mas por dedução a partir da categoria fundamental da ação, a qual tem sido expressa, às vezes, como o princípio econômico (i.e., a necessidade de economizar), às vezes como o princípio do valor ou como o princípio do custo. São de derivação apriorística e, portan-

<sup>15</sup> Sobre este ponto, ver: MISES, Ludwig von. **Socialism**. Trans. J. Kahane. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1951. p. 331f; London: Jonathan Cape, 1936/1969. p. 331f; Indianapolis, Ind.: Liberty Fund, 1981. p. 295ss.

<sup>16</sup> Sobre a visão universalista, ver: MISES. **Epistemological Problems of Economics**. p. 162f. Para uma aplicação especial do raciocínio delineado no texto à teoria do capital, ver *Idem*, p. 231ff.

to, reivindicam a certeza apodíctica que pertence aos princípios básicos assim derivados.

## VII - SOCIOLOGIA E ECONOMIA: ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

É na sociologia e, acima de tudo, na economia que encontramos a ciência universalmente válida da ação humana. O que quer que tenha sido, até então, realizado por esta ciência deve ser considerado ou como a teoria da sociedade, ou a economia no sentido tradicional. Nomes são designações convencionais que não podem, de forma alguma, expressar diretamente – isto é, sem referência a uma terminologia existente – a essência do que é designado, tal como exigido por um ponto de vista ainda muito difundido. Consequentemente, não faz sentido examinar a adequação dos termos “economia” (teoria da economia) e “sociologia” (teoria da sociedade) como nomes para a ciência universalmente válida da ação humana. Herdados do passado, têm acompanhado a ciência em seu caminho para o desenvolvimento de um sistema teórico inteiramente abrangente. Eis por que esses termos, de acordo com o modo como as palavras são cunhadas, referem-se ao ponto de partida histórico da investigação, e não à fundamentação lógica da teoria desenvolvida, ou à ideia central da própria teoria. Infelizmente, este fato nem sempre tem sido apreciado, e inúmeras tentativas são realizadas para definir e compreender o escopo e a tarefa da ciência com base na nomenclatura. No espírito de uma forma crua de realismo conceitual, a sociedade foi designada como o assunto principal que corresponde à sociologia, e o econômico, ou o aspecto econômico da cultura, como o tema da economia. E então nenhum sacrifício foi poupado para tentar verificar o quê, afinal de contas, realmente são a sociedade e a economia.

Se hoje podemos considerar que o assunto da nossa ciência é a ação humana, sem

medo de despertar, assim, mais hostilidade do que aquela que toda teoria científica enfrenta, isso deve-se ao trabalho de várias gerações de acadêmicos. As pesquisas de pensadores tão díspares tais como John Elliott Cairnes (1823-1875), Walter Bagehot (1826-1877), Carl Menger (1840-1921), Max Weber e Lionel Robbins (1898-1984) mostram que todos foram orientados por esta ideia. Tendo em conta a história da ciência, é compreensível que a afirmação de que a economia é apriorística e não empírica possa ainda provocar oposição, dado que a literatura existente preparou apenas superficialmente o caminho para isto. Os duzentos anos durante os quais ocorreu o desenvolvimento de nossa ciência não foram favoráveis ao reconhecimento de um novo campo de conhecimento apriorístico. Os sucessos alcançados pela utilização dos métodos empíricos das ciências naturais e pela investigação cuidadosa das fontes, por parte das ciências históricas, atraíram tanta atenção que os avanços que as ciências apriorísticas estavam realizando, ao mesmo tempo, não foram percebidos, embora sem eles os progressos feitos pelo empirismo não teriam sido possíveis. Uma era que desejava negar o caráter apriorístico até mesmo da lógica certamente não estava preparada para reconhecer o caráter apriorístico da praxeologia.

Um vislumbre sobre as teorias de Nassau Senior (1790-1864) John Stuart Mill (1806-1873), John Elliott Cairnes e Friedrich von Wieser (1851-926) mostra que, apesar das terminologias diferentes e perspectivas divergentes sobre o caráter lógico da economia e do seu lugar entre as ciências, sua concepção como uma disciplina apriorística não estava, de fato, muito distante da postura assumida não somente pelos economistas que aderiram às perspectivas da escola clássica, mas também pelos autores da teoria subjetiva do valor. Entretanto, a este respeito, devemos tomar o cuidado de não chegar a conclusões muito amplas a partir de suas declarações, tendo em vista as profundas mudanças que ocorreram desde então na concepção das questões fundamentalmente lógicas e metodológicas e, de

maneira correspondente, também na terminologia da literatura dedicada a seu tratamento.

De acordo com Senior, não há dúvida de que a ciência da economia “*depende mais do raciocínio do que da observação*”<sup>17</sup>. No que concerne ao método do economista, afirma:

Suas premissas consistem de umas poucas proposições gerais, que resultam da observação, ou da consciência, e quase não exigem provas, ou mesmo enunciações formais, as quais quase todo homem, assim que delas toma conhecimento, admite como familiares a seus pensamentos, ou ao menos como incluídas em seu conhecimento prévio<sup>18</sup>.

Aqui, tanto a observação do mundo externo quanto a auto-consciência são mencionadas como as fontes de nosso conhecimento. Entretanto, dizem que essas proposições, que partem do interior, ou são imediatamente evidentes, ou decorrem necessariamente de proposições imediatamente evidentes.

Consequentemente, são de derivação apriorística e não dependem da experiência, a menos que se deseje chamar a cognição apriorística de experiência interior.

John Stuart Mill reconhece somente a ciência empírica e rejeita, em princípio, “*um suposto modo de filosofar, o qual não professa estar de modo algum fundamentado na experiência*”. Distingue dois métodos do pensamento científico: o método *a posteriori*, “*o qual requer, como base para suas conclusões, não meramente a experiência, mas a experiência específica*”, e o método *a priori*, que entende como “*raciocínio a partir de uma hipótese pressuposta*”. Em acréscimo, diz a respeito deste último método que “*não é uma prática restrita à matemática, mas é da essência de toda ciência que admite, no mínimo, o raciocínio geral*”. A economia política deve ser caracterizada “*como essencialmente uma ciência abstrata, e seu método como o método a priori*”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> SENIOR, Nassau William. **Political Economy**. 6th ed. London: Griffin, 1872. p. 5.

<sup>18</sup> Idem. *Ibidem*, p. 3.

<sup>19</sup> MILL, John Stuart. **Essays on Some Unsettled**

Assinalar e examinar o que nos separa, atualmente, da concepção de Mill a respeito do que é *a priori* e da economia distanciar-nos-ia de nosso assunto. Em sua visão, mesmo axiomas não passam “*de uma classe, a classe mais universal, de induções a partir da experiência*”; de fato, a lógica e a matemática são ciências empíricas<sup>20</sup>. Tal como a geometria “*pressupõe uma definição arbitrária de uma reta: que possui comprimento, porém não largura*”, assim a economia política pressupõe uma definição arbitrária do homem, como um ser que invariavelmente faz o que pode levá-lo a obter a maior quantidade de necessidades, comodidades e luxos, com a menor quantidade possível de trabalho e de abnegação física com que podem ser obtidas no estado existente do conhecimento<sup>21</sup>.

Aqui, o único que importa para nós é observar que Mill situa a lógica, a matemática e as “*ciências morais*” na categoria de disciplinas para as quais o método apropriado é o “*método a priori*”. Para as “*ciências morais*” este é “*o único método*”, dado que a impossibilidade de realizar experimentos impede o “*método a posteriori*”<sup>22</sup>.

Mesmo o contraste que Cairnes elaborou entre os métodos indutivo e dedutivo não corresponde à distinção que fazemos entre empirismo e apriorismo. Sua terminologia era aquela da filosofia de sua época, que encontrava-se totalmente sob a influência do empirismo e do psicologismo. Quando Cairnes avança para responder à questão de se a economia deve ser estudada de acordo com o método dedutivo ou – como geralmente assume-se – pelo método indutivo, e conclui atribuindo importância principal ao pri-

**Questions of Political Economy**. London: Longmans, 1877. p. 143.

<sup>20</sup> MILL, John Stuart. **A System of Logic, Ratiocinative and Inductive**. 8th ed. London: Longmans, 1872. I, 290ff.

<sup>21</sup> MILL. **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. p. 144.

<sup>22</sup> Idem. *Ibidem*, p. 146ff.

meio, emprega uma terminologia que está tão distante daquela da lógica moderna e da epistemologia que demandaria uma análise profunda para traduzir o significado de suas palavras em uma linguagem familiar ao leitor contemporâneo. Mas seu raciocínio efetivo, embora formulado em termos diferentes, está mais próximo de nossa concepção do que parece à primeira vista. Cairnes aponta que as posições do cientista natural e a do economista com relação ao assunto principal de suas pesquisas são completamente diferentes. Não há outro método disponível para o cientista natural além da pesquisa indutiva – diríamos: empírica –, pois *“a humanidade não possui conhecimento direto dos princípios físicos fundamentais”*<sup>23</sup>. Ocorre de maneira diversa no caso do economista. *“O economista começa com um conhecimento das causas básicas”*<sup>24</sup>. Temos, ao nosso dispor,

conhecimento direto [...] das causas em nossa consciência do que ocorre em nossas mentes, e na informação que nossos sentidos transmitem, ou que são ao menos capazes de transmitir, para nós, a respeito dos fatos externos<sup>25</sup>.

Assim, o economista está *“desde o início de suas pesquisas [...] já em posse daqueles princípios fundamentais que governam os fenômenos que formam o tema de seu estudo”*<sup>26</sup>.

De maneira ainda mais óbvia do que Cairnes, Wieser tende para o ponto de vista de que a economia é uma ciência apriorística. Fracassou em chegar a esta conclusão somente porque as teorias epistemológicas predominantes barravam o caminho<sup>27</sup>. A função da

<sup>23</sup> CAIRNES, John Elliott. **Character and Logical Method of Political Economy**. London: Macmillan, 1888. p. 83.

<sup>24</sup> Idem. *Ibidem*, p. 87.

<sup>25</sup> Idem. *Ibidem*, p. 88.

<sup>26</sup> Idem. *Ibidem*, p. 89ff.

<sup>27</sup> As investigações pioneiras de Menger são ainda mais enfraquecidas por sua dependência do empirismo e psicologismo de Mill. A este respeito, desejo enfatizar que emprego termos tais como “empirismo”,

teoria econômica, de acordo com Wieser, consiste em *“explicar e desenvolver cientificamente o conteúdo da experiência econômica comum”*. A consciência de cada ser humano economicamente ativo, prossegue, proporciona-lhe

uma reserva de experiências que são de posse comum a todos aqueles que praticam economia. Essas são experiências que todo teórico já encontra dentro de si sem ter precisado, primeiramente, recorrer a procedimentos científicos especiais. São experiências que dizem respeito a fatos do mundo exterior, como, por exemplo, a existência dos bens e de suas ordens; experiências com relação a fatos de um caráter interno, tais como a existência das necessidades humanas, e concernentes às consequências deste fato; e experiências sobre a origem e o curso da ação econômica por parte da maioria dos homens.

O escopo da teoria econômica estende-se exatamente até a experiência compartilhada. A tarefa do teórico sempre termina onde finda a experiência comum e onde a ciência precisa coletar suas observações por meio da pesquisa histórica ou estatística ou por quaisquer outros meios que possam ser considerados confiáveis<sup>28</sup>.

Está claro que o que Wieser chama de “experiência compartilhada”, em contraste com a outra espécie, não é a experiência com a qual as ciências empíricas estão preocupadas. O método da economia, que o próprio Wieser chama de método psicológico, mas que, ao mesmo tempo, também distingue nitidamente da psicologia, consiste, diz, em *“olhar para fora a partir do interior da consciência”*, ao passo que o cientista natural (e, portanto, a ciência empírica) observa os fatos *“somente de fora”*. Wieser considera como o erro cardinal

“historicismo”, etc. sem qualquer conotação com juízos de valor. Ver HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3rd ed. Halle: Max Niemeyer, 1922. I, p. 52, nota de rodapé.

<sup>28</sup> WIESER, Friedrich von. **Theorie der gesellschaftlichen wirtschaft**. Tübingen: J.C.B. Mohr (P. Siebeck), 1914. p. 133.

de Schumpeter precisamente a sua crença de que o método das ciências naturais é adequado também para a teoria econômica. A economia, sustenta Wieser, descobre “*que certos atos são realizados na consciência com o sentimento da necessidade*”. Por que, então, “*deveria primeiramente enfrentar o problema de derivar uma lei a partir de uma longa cadeia de indução, quando todos claramente ouvem a voz da lei dentro de si?*”<sup>29</sup>.

Aquilo que Wieser chama de “*experiência compartilhada*” deve ser nitidamente distinto da experiência adquirida “*por meio de observações coletadas à maneira dos estudos históricos ou estatísticos*”. Claramente, esta não é a experiência no sentido das ciências empíricas, mas exatamente o oposto: é o que logicamente precede a experiência e é, de fato, uma condição e pressuposto de toda experiência.

Quando Wieser busca demarcar a teoria econômica do tratamento histórico, descritivo e estatístico dos problemas econômicos, entra por um caminho que deve conduzir, caso seja seguido de forma consistente, ao reconhecimento do caráter apriorístico da teoria econômica. Obviamente, não deveria causar surpresa que o próprio Wieser não tenha chegado a esta conclusão. Ele era incapaz de livrar-se da influência da epistemologia psicológica de Mill, que atribuía caráter empírico inclusive às leis do pensamento<sup>30</sup>. ∞

---

<sup>29</sup> WIESER, Friedrich von. Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie. In: HAYEK, F. A. (Ed.). **Gesammelte Abhandlungen**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1929. p. 17.

---

<sup>30</sup> Entre os trabalhos mais recentes dedicados à lógica e metodologia da ciência da ação humana, figuram os seguintes de Karel Engliš (1880-1961): ENGLIŠ, Karel. **Grundlagen des wirtschaftlichen Denkens**. Brünn: Rohrer, 1925; ENGLIŠ, Karel. **Begründung der Teleologie als Form des empirischen Erkennens**. Brünn: Rohrer, 1930; ENGLIŠ, Karel. **Teleologische Theorie der Staatswirtschaft**. Brünn: Rohrer, 1933. A oposição entre causalidade e teleologia, a qual é a principal preocupação de Engliš, não cabe no escopo dos problemas abordados aqui.